



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE SÃO ROQUE

ESTADO DE SÃO PAULO

CONCURSO PÚBLICO

006. PROVA OBJETIVA

CONTROLADOR INTERNO

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 50 questões objetivas.
- ◆ Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala para a devida substituição deste caderno.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração da prova é de 3 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridos 2 horas do tempo de duração da prova.
- ◆ Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue sua prova, assinando termo respectivo.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO.

Nome do candidato _____

RG _____

Inscrição _____

Prédio _____

Sala _____

Carteira _____

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto a seguir para responder às questões de **01** a **07**:

A escalada de feminicídios e casos de violência contra a mulher no Brasil coloca em evidência a centralidade da misoginia na organização da vida social e a forma como a internet tem servido como catalisadora de discursos e práticas antifemininas. Esses episódios não são exceções, mas expressões de uma estrutura que articula cultura, política, redes sociais e relações cotidianas, produzindo condições para que a violência de gênero se reproduza e se intensifique.

O movimento *redpill** não é apenas um conjunto de opiniões controversas sobre relações amorosas; ele constitui um aparato ideológico estruturado. Estes grupos funcionam como ambientes de radicalização afetiva e cognitiva, nos quais homens são incentivados a interpretar mulheres como manipuladoras, interesseiras ou inimigas em potencial. Nesse contexto, influenciadores *redpill* não apenas consomem esse discurso — eles o propagam, performam e monetizam. Essa posição de referência dentro da comunidade exige que reafirmem continuamente valores como autoridade masculina, desprezo por mulheres “independentes” e defesa da disciplina emocional pela via da frieza ou da intimidação.

O movimento sustenta que os homens foram supostamente ‘despojados’ de sua posição natural de poder na sociedade. Essa narrativa produz a masculinidade ressentida: homens que transformam frustração, insegurança e perda de controle em hostilidade direcionada às mulheres. A socióloga brasileira Eva Blay, pioneira nos estudos sobre feminicídio, sublinha que o assassinato de mulheres não decorre de explosões súbitas, mas de trajetórias de controle e disciplinamento dos corpos femininos. A internet amplifica essas trajetórias ao estruturar comunidades que reforçam narrativas de posse, ciúme e vigilância. Assim, o ambiente digital funciona como terreno de incubação, enquanto o mundo físico se torna o espaço em que essas violências são executadas.

(Bruna Camilo. “Redpill, ressentimento e feminicídio”, 08.12.2025. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/opiniaio>. Adaptado)

*movimento *redpill*: ideologia online, predominantemente masculina, que surgiu nos Estados Unidos e ganhou força no Brasil, disseminando discursos misóginos, machistas e de ódio contra mulheres.

01. Conforme as informações do texto, pode-se afirmar que o movimento *redpill*

- (A) estimula um comportamento de desprezo em relação às mulheres.
- (B) orienta explicitamente como devem ser praticados feminicídios.
- (C) refuta a possibilidade de que homens voltem a ter voz na sociedade.
- (D) responsabiliza as mulheres pelos casos de violência dos quais são vítimas.
- (E) objetiva construir uma narrativa de igualdade entre homens e mulheres.

02. No texto, defende-se a ideia de que a internet

- (A) deveria ser regulamentada para que discursos e práticas de violência contra as mulheres sejam controlados e excluídos das redes sociais.
- (B) é inconveniente ao preconceito contra as mulheres, uma vez que valoriza discursos feministas que enaltecem a trajetória de mulheres independentes.
- (C) é um ambiente que estimula um discurso de superioridade masculina e favorece a reprodução da misoginia e da violência de gênero.
- (D) tem papel central no combate contra a violência de gênero, por ser um ambiente profícuo também para construção de narrativas feministas.
- (E) constitui um ambiente democrático no qual influenciadores podem ser confrontados por opiniões divergentes daquelas que defendem.

03. Analise os seguintes trechos:

- “O movimento *redpill* não é apenas um conjunto de opiniões **controversas** sobre relações amorosas...” (2º parágrafo)
- “... o assassinato de mulheres não decorre de explosões **súbitas**...” (3º parágrafo)

Considerando o contexto em que estão inseridos, os termos sublinhados significam, respectivamente:

- (A) autênticas; prováveis.
- (B) polêmicas, repentinas.
- (C) categóricas; imprevistas.
- (D) questionáveis; esperadas.
- (E) indiscutíveis; inesperadas.

04. Assinale a alternativa em que o termo destacado está empregado em sentido figurado.

- (A) “... coloca em evidência a **centralidade** da misoginia na organização da vida social...” (1º parágrafo)
- (B) “Estes grupos funcionam como ambientes de **radicalização** afetiva...” (2º parágrafo)
- (C) “... exige que reafirmem continuamente valores como **autoridade** masculina...” (2º parágrafo)
- (D) “... homens que transformam frustração, insegurança e perda de controle em **hostilidade**...” (3º parágrafo)
- (E) “Assim, o ambiente digital funciona como terreno de **incubação**...” (3º parágrafo)

05. No trecho do 2º parágrafo “Nesse contexto, influenciadores *redpill* não apenas consomem esse discurso — eles o propagam, performam e monetizam”, o travessão e o pronome “eles” podem ser substituídos, sem prejuízo de sentido, pela conjunção
- (A) mas.
 (B) quando.
 (C) embora.
 (D) assim que.
 (E) contanto que.
06. No 3º parágrafo, os dois-pontos foram empregados para anunciar uma
- (A) citação.
 (B) enumeração.
 (C) explicação.
 (D) correção.
 (E) dúvida.
07. No trecho “O movimento sustenta que os homens foram **supostamente** ‘despojados’ de sua posição natural de poder na sociedade.” (3º parágrafo), o termo destacado indica uma
- (A) negação.
 (B) certeza.
 (C) hipótese.
 (D) intensidade.
 (E) afirmação.

Leia a tirinha a seguir para responder às questões 08 e 09:



(Disponível em: <https://www.tumblr.com/tirasarmandinho>)

08. De acordo com a tirinha, machismo e feminismo são conceitos
- (A) contrários, mas não indispensáveis.
 (B) controversos, mas não relevantes.
 (C) conciliáveis, mas não compatíveis.
 (D) divergentes, mas não antagônicos.
 (E) necessários, mas não excludentes.
09. Assinale a alternativa que está em conformidade com as normas de concordância e colocação pronominal.
- (A) Erroneamente associam-se o feminismo ao machismo, o qual defende que homens são superiores às mulheres.
 (B) O feminismo, que constitui-se a partir da igualdade entre homens e mulheres, são refutadas pelo machismo.
 (C) Ainda que se defenda a igualdade entre homens e mulheres, são opostas ao machismo o feminismo.
 (D) No machismo, acredita-se que os homens sejam superiores às mulheres, diferentemente do feminismo.
 (E) Não se pode afirmar que o machismo e o feminismo seja conceitualmente oposto.

10. Leia o texto a seguir:

Juliana Vargas, professora do Departamento de Estudos Especializados da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), afirma que, com o aumento de notícias de violências _____ mulheres, o papel da educação é essencial no combate _____ violência de gênero, devendo _____ escola problematizar violências mínimas e trazer mais discussões _____ igualdade de gênero tanto para a formação dos alunos quanto para os professores.

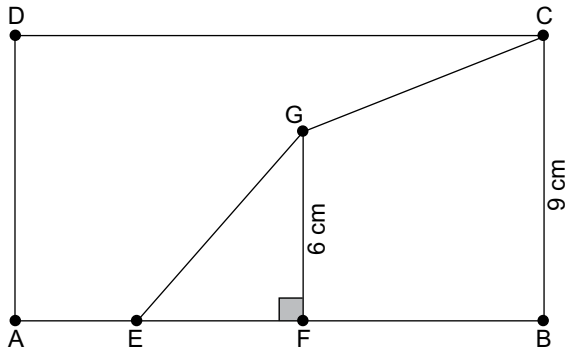
(Maria Clara Pinheiro. “Por que 8 de março é o Dia Internacional da Mulher? Conheça a origem da data”, 08.03.2026. Disponível em: <https://valor.globo.com>. Adaptado)

Em conformidade com o sentido do texto e a norma padrão, as lacunas devem ser preenchidas, respectivamente, com

- (A) das ... a ... a ... sob
 (B) com as ... à ... à ... sob
 (C) pelas ... à ... à ... sobre
 (D) perante as a ... a ... sobre
 (E) contra as... à ... a ... sobre

11. Durante certo dia, em um posto de pedágio, para cada 36 veículos que passaram no sentido interior, outros 55 veículos seguiram no sentido capital. Se, nesse dia, 45.210 veículos passaram nesse pedágio indo para a capital, o número de veículos que se deslocaram indo para o interior foi
- (A) 26.304.
(B) 27.948.
(C) 29.592.
(D) 31.236.
(E) 32.880.
12. Considere que, em uma central de atendimento ao cliente, cada operador recebe um mesmo número de chamadas por hora. Certo dia, nessa central, 15 operadores trabalharam juntos ininterruptamente, por um período de 3 horas, e atenderam 315 clientes no total. Para o dia seguinte, é previsto que 1.260 clientes sejam atendidos, em um período de 4 horas. Para tanto, o número de operadores disponíveis para atendimento, neste período, deverá ser, no mínimo, igual a
- (A) 35.
(B) 36.
(C) 42.
(D) 45.
(E) 60.
13. Uma gincana foi disputada em três fases, contando com a participação de equipes formadas por 3 pessoas e de equipes formadas por 8 pessoas. Na primeira fase da gincana, foram eliminadas 16 equipes, num total de 108 pessoas. Na segunda fase da gincana, o número de equipes eliminadas compostas por 3 pessoas foi o dobro do número de equipes eliminadas compostas por 8 pessoas, de maneira que, após as duas primeiras fases, o total de equipes eliminadas que eram formadas por 8 pessoas excedeu em 2 o total de equipes eliminadas que eram formadas por 3 pessoas.
- Sabendo que, nessa gincana, o total de participantes que chegaram à terceira fase foi um quinto do número inicial de pessoas, o total de participantes que iniciaram a disputa foi
- (A) 240.
(B) 300.
(C) 360.
(D) 420.
(E) 480.

14. Os pontos E e F estão sobre o lado AB do retângulo ABCD, de maneira que o comprimento do segmento FB excede o comprimento do segmento EF em 1 cm, e o comprimento do segmento EF excede o comprimento do segmento AE em 1 cm, conforme mostra a figura a seguir:



fora de escala

Sabendo que a área do trapézio retângulo BCGF excede a área do triângulo retângulo EFG em 30 cm^2 , a área do pentágono AEGCD é

- (A) 55 cm^2 .
 (B) 60 cm^2 .
 (C) 65 cm^2 .
 (D) 70 cm^2 .
 (E) 75 cm^2 .
15. José vendeu um carro para um amigo em 3 parcelas, sendo que o valor da primeira foi o triplo do valor da segunda, enquanto que o valor da terceira foi R\$ 8.700,00 a mais do que o valor da segunda parcela e a média aritmética dos valores dessas três parcelas é igual a R\$ 9.100,00. O valor da menor dessas parcelas é igual a

- (A) R\$ 3.600,00.
 (B) R\$ 3.720,00.
 (C) R\$ 3.840,00.
 (D) R\$ 3.900,00.
 (E) R\$ 3.960,00.

16. O MS-Windows 11 possui um acessório chamado ferramenta de captura que permite recortar, editar e salvar prints de tela facilmente. Por padrão, quando o usuário deseja salvar o print coletado, essa ferramenta salva o print como um arquivo na seguinte biblioteca do computador:

- (A) Documentos.
- (B) Imagens.
- (C) Músicas.
- (D) Desktop.
- (E) Downloads.

17. Observe o texto digitado no MS-Word 2024, em sua configuração original, exibido a seguir:



Em 2015, alterações na legislação aplicável e nas normas do INSS passaram a permitir uma margem consignável de 5% em benefícios previdenciários exclusivamente para cartões de crédito consignado utilizados por aposentados e pensionistas do INSS e, em 2016, o Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (SIAPE), publicou uma resolução que estabeleceu uma margem consignável exclusiva para seus funcionários que usassem cartões de crédito consignado. Tais medidas criaram um enorme potencial de crescimento.

Assinale a alternativa correta quanto à disposição aplicada no texto do parágrafo. O texto foi

- (A) alinhado à margem esquerda.
- (B) centralizado na página.
- (C) alinhado à margem direita.
- (D) distribuído uniformemente entre as margens.
- (E) distribuído uniformemente entre o cabeçalho e rodapé da página.

18. Observe a planilha do MS-Excel 2024 a seguir, em sua configuração original, que mostra os salários (em R\$ mil) de determinados cargos da prefeitura:

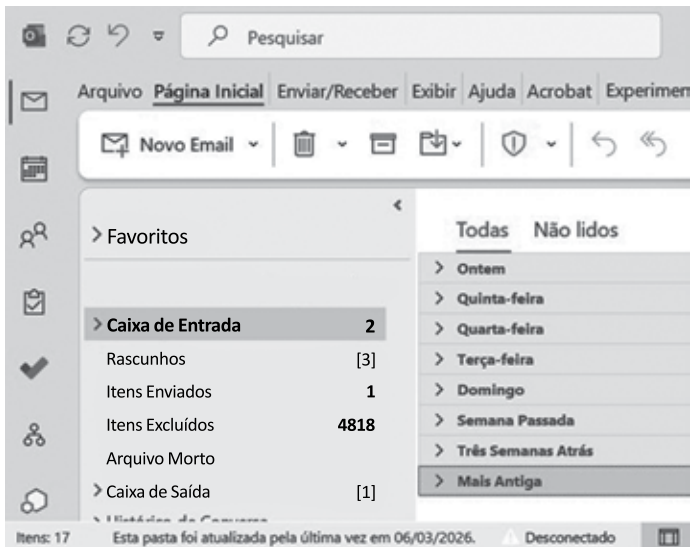
	A	B	C
1	Cargos	Horas	Salários (R\$ mil)
2	Analista de Contratos	160	R\$ 8,00
3	Assistente de Licitações	120	R\$ 6,00
4	Comprador	200	R\$ 10,00
5	Analista Operacional	40	R\$ 4,00
6	Assistente Administrativo	80	R\$ 2,00

Considerando a planilha apresentada, assinale a alternativa que contém o cargo cujo salário foi determinado pela fórmula:

=SE(MÉDIA(B2:B6)<120;SOMA(B2;B6)*100+3000;SOMA(B2:B6)*10-2000)

- (A) Analista de Contratos.
- (B) Assistente de Licitações.
- (C) Comprador.
- (D) Analista Operacional.
- (E) Assistente Administrativo.

19. Observe a figura a seguir:



Considerando o MS-Outlook 2024, em sua configuração original, apresentado parcialmente na figura, assinale a alternativa correta.

- (A) A caixa de entrada possui 2 tarefas no total.
- (B) A caixa de entrada possui 2 mensagens no total.
- (C) A caixa de saída mostra uma mensagem ainda não enviada.
- (D) A caixa de saída mostra uma mensagem recém recebida.
- (E) A pasta rascunhos possui 3 mensagens compartilhadas com destinatários externos.

20. O Microsoft Teams permite distribuir os chats em seções, que podem ser criadas, renomeadas e excluídas pelo próprio usuário para auxiliar na organização e na pesquisa dos diversos chats abertos por ele.

Assinale a alternativa que contém a seção criada pelo próprio Microsoft Teams e disponível para uso em sua configuração original.

- (A) Canais.
- (B) Equipes.
- (C) Grupos.
- (D) Atividades.
- (E) Favoritos.

LEGISLAÇÃO

21. Na hipótese de a Câmara Municipal pretender adquirir um imóvel para instalação de uma determinada repartição municipal e um automóvel de passeio, nos termos do que dispõe a Lei Orgânica do Município (Lei nº 1.801, de 05 de abril de 1990), é correto afirmar que

- (A) a aquisição do imóvel pode ser feita por compra ou permuta, mas dependerá de prévia avaliação e autorização legislativa, enquanto a aquisição de veículos de passeio não é permitida.
- (B) ambas aquisições devem ser efetivadas por compra, vedada permuta, e dependem de prévia avaliação e autorização legislativa, mas a aquisição do automóvel dependerá de justificativa específica.
- (C) a aquisição do imóvel pode ser feita por compra ou permuta e dependerá de prévia avaliação e autorização legislativa, enquanto a aquisição do automóvel deve ser devidamente justificada e, também, dependerá de prévia autorização legislativa.
- (D) ambas aquisições podem ser efetivadas por compra ou permuta e dependem de prévia avaliação e autorização legislativa, mas a aquisição do automóvel dependerá de justificativa específica.
- (E) a aquisição do imóvel dependerá de prévia avaliação e autorização legislativa, podendo ser efetivada por compra ou permuta, enquanto a compra do automóvel dispensa avaliação e a autorização legislativa.

22. Suponha que a Prefeitura Municipal de São Roque pretenda outorgar a terceiros a permissão de um serviço público a título precário. Nessa situação hipotética, segundo o que dispõe a Lei Orgânica Municipal, é correto afirmar que essa permissão

- (A) será outorgada por decreto do prefeito, após edital de chamamento de interessados para escolha do melhor pretendente.
- (B) é vedada pela lei orgânica, uma vez que todo e qualquer serviço público somente pode ser executado pelo Município.
- (C) poderá ser outorgada por decreto do prefeito, após o devido processo de licitação, por meio da modalidade de diálogo competitivo.
- (D) deverá autorizar a outorga por meio de lei ordinária a ser votada e aprovada pela Câmara Municipal.
- (E) somente poderá ser concedida a título definitivo, não precário, por meio do diálogo competitivo entre os interessados.

23. Tradicional equipe esportiva, não profissional, mas de alto rendimento, sediada no Município de São Roque, objetivando participação de competições representando o Município, pretende buscar patrocínio de pessoas físicas e jurídicas, para posterior recebimento por essas de incentivos fiscais do Poder Executivo Municipal. Segundo o que dispõe a Lei Orgânica Municipal, essa pretensão da equipe esportiva
- (A) poderá ser obtida mediante requerimento ao prefeito que, por decreto, poderá reembolsar os respectivos patrocinadores por meio de desconto nos tributos devidos.
 - (B) não poderá ser viabilizada por meio de recursos públicos, sob pena de responsabilidade das autoridades envolvidas, devendo o patrocínio ser exclusivamente privado.
 - (C) poderá ser viabilizada, desde que haja lei municipal, de iniciativa do Poder Executivo, mediante o devido processo regulamentar aprovado pelos órgãos competentes.
 - (D) não poderá ser concretizada por meio de incentivos fiscais municipais, uma vez que esse benefício somente pode ser concedido a equipes esportivas profissionais.
 - (E) somente poderá ser efetivada, por decreto do Prefeito, por meio de incentivos fiscais a pessoas jurídicas, não sendo permitido, porém, incentivos fiscais a pessoas físicas.
24. Segundo o disposto no Regimento Interno da Câmara Municipal (Resolução nº 13/1991), assinale a alternativa correta a respeito das funções da Câmara Municipal.
- (A) A Câmara tem funções legislativas e é órgão auxiliar do Tribunal de Contas do Estado nas atribuições de fiscalização externa dos atos do Poder Executivo.
 - (B) A função legislativa consiste em deliberar por meio de leis e emendas sobre todas as matérias constantes de atos normativos municipais e estaduais que interessem ao cidadão.
 - (C) A função de assessoramento consiste em propor projetos de leis e atos normativos de interesse público ao Executivo, mediante autorização expressa dos vereadores.
 - (D) A função administrativa é restrita à sua organização interna, à regulamentação de seu funcionalismo e à estruturação e direção de seus serviços auxiliares.
 - (E) A função de controle, de caráter político-administrativo, se exerce sobre o prefeito, secretários, vereadores e os agentes administrativos sujeitos à ação hierárquica.
25. Nos termos do Regimento Interno da Câmara Municipal (Resolução nº 13, de 30 de outubro 1991), durante o trâmite de um processo legislativo, se este for distribuído a mais de uma Comissão, cada qual dará seu parecer separadamente, mas deverá ser ouvida em primeiro lugar a
- (A) Comissão Permanente da Presidência da Casa Legislativa.
 - (B) Assessoria Jurídica da Câmara Municipal.
 - (C) Comissão de Orçamento e Finanças e Contabilidade.
 - (D) Comissão que recebeu primeiro o processo.
 - (E) Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

CONTROLE EXTERNO E CONTROLE INTERNO

26. A Lei Orgânica de um município brasileiro prevê dispositivo com a seguinte redação: "As contas do Município ficarão, durante sessenta dias, anualmente, à disposição de qualquer contribuinte, para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhes a legitimidade, nos termos da lei."

É correto afirmar em relação a esse dispositivo, com base na Constituição Federal, que

- (A) é inconstitucional, visto que a Constituição prevê prazo mínimo de 90 (noventa) dias para disponibilização das contas municipais para exame dos contribuintes.
- (B) é constitucional e reflete modalidade de controle social da Administração Pública, prevista expressamente no sistema jurídico brasileiro.
- (C) é inconstitucional, pois os municípios não detêm competência legislativa para dispor sobre o tema, que consiste de normas de controle orçamentário e financeiro.
- (D) é constitucional e reflete modalidade de controle legislativo da Administração Pública, na medida em que se impõe uma obrigação legal ao Poder Executivo.
- (E) é inconstitucional, na medida em que limita o exame e a apreciação das contas àqueles que ostentam a condição de contribuintes, excluindo os demais cidadãos.

27. Em caso de comprovada ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas, o Tribunal de Contas competente pela fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do ente público poderá, em relação ao responsável pela situação de ilegalidade ou irregularidade,
- (A) propor ação civil pública de improbidade administrativa junto ao Ministério Público estadual ou federal, conforme o caso.
 - (B) determinar ao Poder Executivo a realização de sindicância ou processo administrativo disciplinar voltado à demissão do agente.
 - (C) determinar o afastamento preventivo do agente de suas funções, bem como o bloqueio de seus bens a fim de preservar a capacidade de ressarcimento dos prejuízos.
 - (D) aplicar multa proporcional ao dano causado ao erário, desde que prevista em lei, por meio de decisão que terá eficácia de título executivo.
 - (E) iniciar processo sancionatório voltado à cassação da sua aposentadoria, no caso de servidor em cargo efetivo.
28. Na aplicação das sanções previstas na lei anticorrupção (Lei nº 12.846/2013), é levado em consideração, entre outros aspectos:
- (A) o arrependimento manifestado pelo agente que praticou o ato.
 - (B) o ente da Federação contra o qual o ato foi praticado.
 - (C) a situação econômica do infrator.
 - (D) se se trata de empresa inscrita no Simples Nacional.
 - (E) a reincidência do agente em crime contra a Administração Pública.
29. Morador do município X, realizando uma pesquisa para o seu Doutorado em história da arquitetura, solicita documentos públicos microfilmados relativos à aprovação de edificação do ano de 1908. Em razão da mídia na qual os documentos foram preservados, a sua custódia foi contratada pela Prefeitura junto à empresa especializada, com pagamento específico pela Prefeitura em razão da busca e da realização de cópias do material custodiado. Para atendimento ao pedido de acesso à informação pelo morador, a Prefeitura solicita que ele pague preço público equivalente aos custos incorridos pela Prefeitura com os serviços de busca e reprodução dos documentos.
- Com base nessa situação hipotética e na Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011), é correto afirmar:
- (A) o cidadão deve comprovar não apenas que é residente no município, mas, também, interesse legítimo na obtenção da informação, para o deferimento do pedido.
 - (B) é legal a cobrança feita pela Prefeitura do ressarcimento dos custos dos serviços e dos materiais utilizados.
 - (C) a lei de acesso à informação não alcança documentos de valor histórico com prazo de guarda superior a cem anos.
 - (D) a realização de trabalho acadêmico não é considerada pela legislação como motivação suficiente para a busca e reprodução de documento público.
 - (E) os serviços de busca e reprodução dos documentos devem ser gratuitos para os cidadãos considerados como pesquisadores devidamente cadastrados em programas de pós-graduação *stricto sensu*.

30. Um morador do município Y flagrou com seu celular um guarda civil metropolitano supostamente praticando violência física desproporcional e injustificada contra um cidadão desarmado e rendido. Após as imagens “viralizarem” na internet, um jornalista solicitou à Prefeitura, via pedido de acesso à informação, cópia do processo administrativo disciplinar aberto contra o agente público. A solicitação foi indeferida, sob o argumento de que o seu deferimento poderia comprometer a privacidade das pessoas citadas nos depoimentos.

Com base na Lei nº 12.527/2011, é correto afirmar:

- (A) os documentos que versem sobre condutas que impliquem violação dos direitos humanos praticada por agentes públicos, como no caso, não poderão ser objeto de restrição de acesso.
- (B) o argumento é válido, na medida em que a Lei nº 12.527/2011 não afasta obrigações decorrentes de outras leis federais, tais como a lei geral de proteção de dados ou o direito fundamental à privacidade.
- (C) o argumento apresentado pela Prefeitura não prospera, uma vez que as imagens do acontecimento já se tornaram públicas após publicação na rede mundial de computadores.
- (D) a Lei nº 12.527/2011 expressamente excepcionaliza do direito ao acesso à informação os casos de processos administrativos disciplinares, em homenagem ao devido processo legal e ao direito à presunção de inocência.
- (E) em função do indeferimento, o morador poderá requerer ao Poder Judiciário uma decisão mandamental para determinar a entrega dos documentos solicitados, desde que, primeiro, esgote a esfera administrativa e os seus recursos previstos.

31. Suponha que um time de futebol local chamado “Marcelino Futebol Clube”, por coincidência, tenha o mesmo nome de um conhecido político da cidade, o atual Prefeito Marcelino João da Silva. Imagine que esse político, na condição de Prefeito, determine que a Prefeitura patrocine o referido time de futebol, colocando o emblema da Prefeitura na camiseta dos jogadores do time, de maneira a que se possa ler na camiseta “Prefeitura Municipal, Marcelino Futebol Clube”.

É correto afirmar, em relação a essa situação hipotética descrita, que é

- (A) irregular, pois os serviços de publicidade devem ser contratados mediante ata de registro de preços.
- (B) irregular, pois os entes da Administração Pública não podem realizar publicidade institucional, incluída a realizada por meio de clubes esportivos.
- (C) irregular, pois, embora seja possível a realização de publicidade institucional pela prefeitura, o meio eleito claramente viola o princípio da impessoalidade.
- (D) regular, pois a promoção do esporte e do lazer são deveres constitucionais do Estado, podendo ser combinado com os objetivos de publicidade institucional.
- (E) regular, pois não se pode afirmar genericamente pela existência de promoção pessoal, simplesmente em razão da coincidência de nomes.

32. Um fiscal de postura municipal observa que determinado comércio está fazendo uso do espaço das calçadas em frente à sua própria vitrine em desconformidade com a legislação municipal, que exige espaço livre mínimo para a circulação de pessoas e impede a instalação de aparelhos de emissão sonora. Em razão dessa constatação, o fiscal lavra auto de infração, impondo multa ao estabelecimento comercial.

Em relação a essa situação descrita, é correto afirmar que se trata de exemplo da seguinte espécie de poder administrativo:

- (A) poder disciplinar.
- (B) poder regulamentar.
- (C) poder tutelar.
- (D) poder de polícia.
- (E) poder hierárquico.

33. Em relação aos processos administrativos, é correto afirmar que, em regra,

- (A) seguem o princípio da verdade formal.
- (B) atendem ao princípio da oficialidade.
- (C) são de publicidade restrita.
- (D) dependem de capacidade postulatória para seu início.
- (E) não admitem uso de meios digitais de assinatura.

34. A transparência no serviço público é um importante valor a ser observado. Neste sentido, é correto observar com base no Marco Regulatório do Terceiro Setor (Lei nº 13.019/2014) que a administração pública deverá manter, em seu sítio oficial da internet, a relação das parcerias celebradas e respectivos planos de trabalho, até em

- (A) 90 (noventa) dias, após o respectivo encerramento.
- (B) 90 (noventa) dias, contados da data da sua assinatura.
- (C) 120 (cento e vinte) dias, contados da data da sua assinatura.
- (D) 180 (cento e oitenta) dias, contados da data da sua assinatura.
- (E) 180 (cento e oitenta) dias, após o respectivo encerramento.

35. Nos termos do CPC 00 (R2) – Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro, a comparabilidade é considerada característica qualitativa de melhoria da informação contábil.

Assinale a alternativa correta.

- (A) A comparabilidade permite aos usuários identificarem semelhanças e diferenças entre fenômenos econômicos; não significa uniformidade, pois itens semelhantes devem parecer semelhantes e itens distintos devem parecer distintos; a consistência contribui para a comparabilidade, mas não se confunde com ela; e a adoção de métodos contábeis alternativos para o mesmo fenômeno econômico pode reduzir a comparabilidade.
- (B) A comparabilidade significa disponibilizar informações aos tomadores de decisões a tempo para que sejam capazes de influenciar suas decisões, permitindo classificar, caracterizar e apresentar informações de modo claro e conciso, tornando-as compreensíveis.
- (C) A comparabilidade ajuda a garantir aos usuários que as informações representem de forma fidedigna os fenômenos econômicos que pretendem representar. Desse modo diferentes observadores bem informados e independentes podem chegar ao consenso, embora não a acordo necessariamente completo, de que a representação específica é representação fidedigna.
- (D) A comparabilidade implica uniformidade na aplicação dos métodos contábeis, exigindo que entidades adotem os mesmos critérios para fenômenos econômicos distintos, a fim de assegurar as consistências das informações apresentadas.
- (E) A comparabilidade consiste na representação, em palavras e números, dos fenômenos econômicos relevantes, assegurando que a informação financeira retrate de forma fidedigna as essências das transações e eventos.

36. Com base estrita na Estrutura Conceitual para Relatórios Financeiros (CPC 00 R2), analise a natureza e o reconhecimento inicial dos seguintes fatos na *empresa industrial ABC*:

1. Contrato de compra de máquina: Assinado hoje, preço fixado, mas a máquina só será entregue em 60 dias e o pagamento ocorrerá na entrega.
2. Adiantamento de cliente: recebimento em dinheiro por uma venda cujas mercadorias ainda não foram produzidas nem entregues.
3. Propriedade para investimento: compra à vista de um conjunto comercial para gerar aluguel.
4. Direito de integralização: registro formal da subscrição de capital, onde o sócio firma a obrigação legal de aportar recursos no futuro próximo.

Assinale a alternativa que classifica, respectivamente, a natureza desses itens para fins de reconhecimento inicial.

- (A) Passivo; Receita; Ativo; Patrimônio Líquido.
- (B) Item extrapatrimonial; Passivo; Ativo; Passivo.
- (C) Ativo; Passivo; Ativo; Patrimônio Líquido.
- (D) Ativo; Receita; Ativo; Redução de Ativo.
- (E) Item extrapatrimonial; Passivo; Ativo; Ativo.

37. Acerca da função e da estrutura das contas contábeis, bem como da classificação dos fatos contábeis, assinale a alternativa correta.

- (A) Contas retificadoras possuem natureza contrária à do grupo a que pertencem e sempre apresentam saldo credor.
- (B) As contas contábeis registram variações qualitativas e quantitativas do patrimônio, possuem natureza devedora ou credora e são estruturadas, no mínimo, por título e saldo.
- (C) Fatos modificativos correspondem a movimentações entre ativos e passivo, sem alteração do Patrimônio Líquido.
- (D) Fatos modificativos alteram o valor do patrimônio líquido por meio do reconhecimento de receita ou despesa.
- (E) Contas de resultado não afetam o Patrimônio Líquido, pois são encerradas ao final do exercício.

38. Acerca da diferença entre o regime de competência e o regime caixa, assinale a alternativa correta.

- (A) Pelo regime de competência, receitas e despesas são reconhecidas quando ocorre o recebimento ou o pagamento efetivo.
- (B) Pelo regime de caixa, receitas e despesas são reconhecidas quando são geradas, ainda que não haja movimentação financeira.
- (C) O regime de competência é aplicado aos direitos da entidade, enquanto o regime de caixa é aplicado às obrigações, em observância ao Princípio da Prudência.
- (D) O resultado apurado pelo regime de competência pode divergir do resultado em caixa, pois as receitas e despesas são reconhecidas quando incorridas, independentemente de pagamento e recebimento efetivo.
- (E) O regime de competência sempre coincide com o resultado em caixa, pois são realizados ajustes nas demonstrações contábeis ao final do exercício.

39. A Contabilidade Aplicada ao Setor Público, conforme o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP – 11ª edição), estrutura-se em aspectos distintos: orçamentário, patrimonial e fiscal.

Acerca do aspecto orçamentário, assinale a alternativa correta.

- (A) Refere-se à apuração do resultado patrimonial do exercício, evidenciado principalmente por meio do Balanço Patrimonial e da Demonstração das Variações Patrimoniais.
- (B) Refere-se à aprovação e à execução do orçamento público, evidenciando as receitas previstas e arrecadas, bem como as despesas fixadas e executadas, sendo o Balanço Orçamentário a principal demonstração desse aspecto.
- (C) Refere-se à apuração dos limites e indicadores estabelecidos pela Lei de Responsabilidade fiscal, evidenciados por meio do Relatório de Gestão Fiscal.
- (D) Refere-se ao controle das disponibilidades financeiras, evidenciando exclusivamente por meio do Balanço Financeiro.
- (E) Refere-se à mensuração dos ativos e passivos do ente público segundo o regime de competência, independentemente da execução orçamentária.

40. Um determinado Município realizou, no exercício financeiro atual, as seguintes operações:

- Arrecadação de IPTU no valor de R\$ 800.000,00.
- Contratação de operação de crédito junto a instituição financeira no valor de R\$ 2.000.000,00, com ingresso dos recursos aos cofres públicos.
- Recebimento de caução em dinheiro para garantia contratual no valor de R\$ 150.000,00.
- Alienação de veículo oficial no valor de R\$ 90.000,00, com ganho de capital.

De acordo com o MCASP (11ª edição), assinale a alternativa que apresenta apenas receita orçamentária efetiva.

- (A) Arrecadação de IPTU e alienação de veículo.
- (B) Arrecadação de IPTU e operação de crédito.
- (C) Arrecadação de IPTU e caução recebida.
- (D) Operação de crédito e alienação de veículo.
- (E) Caução recebida e operação de crédito.

41. Um determinado Estado realizou, no exercício financeiro corrente, as seguintes arrecadações indicadas na coluna A. Na Coluna B, nos termos da Lei nº 4.320/64, do MCASP (11ª edição) e da classificação de receita orçamentária por categoria econômica, indique a correta classificação, respectivamente, quanto aos seguintes códigos:

- 1 – Receita Corrente
- 2 – Receita de Capital
- 7 – Receita Corrente Intraorçamentária
- 8 – Receita de Capital Intraorçamentária

Coluna A – Arrecadações	Coluna B Classificação
Arrecadação de ICMS.	
Recebimento de recursos provenientes de operação de crédito.	
Recebimento de amortização de empréstimo anterior.	
Recebimento de contribuição patronal do órgão da administração direta para o regime próprio de previdência social do próprio ente público.	
Alienação de bens imóveis.	
Recebimento de transferência da União para custeio de despesas correntes.	
Recebimento de transferência financeira do Poder Executivo para cobertura de déficit do RPPS do ente.	
Recebimento de recursos decorrentes de convênio da União destinados à construção de hospital público.	

Assinale a alternativa que apresenta a correta classificação, na ordem de cima para baixo.

- (A) 1 – 2 – 2 – 8 – 2 – 1 – 7 – 2
- (B) 1 – 2 – 2 – 7 – 2 – 1 – 8 – 2
- (C) 1 – 2 – 2 – 7 – 2 – 1 – 7 – 2
- (D) 1 – 2 – 1 – 7 – 2 – 1 – 7 – 2
- (E) 1 – 1 – 2 – 7 – 2 – 1 – 7 – 2

42. Um Estado iniciou, em 01/03/20x4, a construção de um hospital público, financiado por meio de operação de crédito específica para esse fim. A obra atende à definição de ativo qualificável. As informações são:

- Valor do empréstimo: R\$ 20.000.000,00
- Taxa de juros anual: 10%
- Início da obra: 01/03/20x4
- Paralisação técnica prolongada da obra: 01/09 a 30/11/x4
- Conclusão da obra: Agosto de 20x5

Admita que, em dezembro de 20x4, o contador verificou que a obra não foi retomada após a paralisação.

Considerando exclusivamente o exercício de 20x4 e os critérios da NBC TSP 14, assinale a alternativa correta quanto ao reconhecimento dos custos de empréstimos.

- (A) Todos os juros incorridos em 20x4 devem ser capitalizados.
- (B) Todos os juros incorridos em 20x4 devem ser reconhecidos como despesa do exercício.
- (C) Os juros serão reconhecidos ao final da obra, em 20x5, não havendo reconhecimento contábil em 20x4.
- (D) Juros incorridos de março a agosto 20x4 devem ser reconhecidos como despesas, e os incorridos, de setembro a novembro, devem ser capitalizados.
- (E) Juros incorridos de março a agosto de 20x4 devem ser capitalizados, e os incorridos, de setembro a novembro, devem ser reconhecidos como despesa.

43. Um cidadão interessado em saber qual a meta de resultado nominal legalmente fixada para o ano vigente no seu município poderá obter essa informação no

- (A) quadro de metas fiscais da lei orçamentária anual.
- (B) anexo de metas de resultados da lei de diretrizes orçamentárias.
- (C) anexo de metas de resultados do plano plurianual.
- (D) balanço orçamentário constante das demonstrações financeiras.
- (E) anexo de metas fiscais da lei de diretrizes orçamentárias.

44. Imagine que em um determinado município a Fazenda Pública possui convênios assinados com a rede bancária local para que os bancos da região atuem como arrecadadores bancários, recebendo os tributos pagos pela população e, posteriormente, os transferindo à conta única do Tesouro Municipal, mantida em instituição financeira oficial. Imagine ainda que esses convênios concedem aos bancos arrecadadores prazo de 2 (dois) dias úteis (D+2) para a transferência dos recursos arrecadados à conta única do Tesouro.

Supondo que um contribuinte vá até uma agência de um banco arrecadador no dia 30 de dezembro de 2026, que se trate de um dia útil e que a transferência ocorra no prazo previsto no convênio, é correto afirmar:

- (A) a receita pública decorrente do pagamento deverá ser registrada como receita do exercício de 2027.
- (B) o prazo de transferência do banco deverá ser automaticamente reduzido para (D0) por não se permitir recolhimento em ano diverso do ano de arrecadação.
- (C) o pagamento pelo contribuinte na rede arrecadadora não extingue a obrigação tributária em caso de ausência de recolhimento pelo banco à conta única.
- (D) a receita pública decorrente do pagamento deverá ser registrada como receita do próprio exercício de 2026.
- (E) o ato de arrecadação pela rede arrecadadora é o estágio final dentre os diversos estágios da receita pública.

45. No Brasil, a aquisição de títulos representativos do capital de empresas, já constituídas, quando a operação não importe aumento do capital é classificada como despesa

- (A) de investimentos.
- (B) corrente.
- (C) com transferências intergovernamentais.
- (D) com inversões financeiras.
- (E) de subvenções sociais.

46. De acordo com o Código Tributário Nacional, a chamada “contribuição de melhoria”

- (A) tem como limite total a despesa realizada e como limite individual o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado.
- (B) não pode ser considerada como espécie tributária, considerando a sua facultatividade.
- (C) é de competência exclusiva da União, a quem cabe a instituição de contribuições sociais, econômicas e profissionais.
- (D) tem natureza de receita patrimonial, tal como os pedágios, os *royalties* e compensações financeiras pela exploração mineral.
- (E) depende da fixação de prazo não inferior a 90 (noventa) dias, para impugnação pelos interessados da delimitação da zona beneficiada.

AUDITORIA

47. De acordo com as Normas Aplicáveis à Auditoria Governamental, as auditorias podem ser classificadas, quanto à sua natureza, em auditoria de regularidade e auditoria operacional.

A respeito dessas duas modalidades de auditoria, assinale a alternativa correta.

- (A) A auditoria de regularidade examina a legalidade e a legitimidade dos atos de gestão dos responsáveis sujeitos à jurisdição do Tribunal, nos aspectos contábil, financeiro, orçamentário e patrimonial. A auditoria operacional examina a economicidade, eficiência, eficácia e a efetividade de organizações, programas e atividades governamentais.
- (B) A auditoria de regularidade examina a eficiência e a efetividade das políticas públicas, avaliando o desempenho da gestão governamental. A auditoria operacional examina a legalidade e a legitimidade dos atos administrativos e contábeis.
- (C) A auditoria de regularidade examina a economicidade e a eficiência da atuação governamental na execução de políticas públicas. A auditoria operacional examina aspectos contábeis e financeiros das demonstrações apresentadas pelos gestores.
- (D) A auditoria de regularidade examina o desempenho das políticas públicas e a efetividade das ações governamentais. A auditoria operacional examina exclusivamente a conformidade legal dos atos administrativos.
- (E) A auditoria de regularidade examina a eficácia e a efetividade de programas governamentais. A auditoria operacional examina a legalidade dos atos de gestão nos aspectos contábil financeiro e orçamentário.

48. No âmbito da Auditoria Governamental e das Normas Técnicas de Auditoria, o princípio do Interesse Público orienta a atuação do auditor na defesa da sociedade e da preservação do patrimônio público.

A respeito desse princípio, é correto afirmar que ele

- (A) estabelece que a conduta do auditor deve ser irrepreensível, de modo a sustentar a confiança pública em seu julgamento profissional, devendo manter reputação acima de qualquer suspeita.
- (B) exige que o auditor atue com objetividade no cumprimento de suas responsabilidades profissionais, mantendo independência de fato e de aparência e estando livre de conflitos de interesses.
- (C) estabelece que o auditor deve orientar sua atuação pelo bem-estar coletivo da sociedade, servindo ao interesse público e atuando para preservar e defender o patrimônio público, reconhecendo que sua atuação transcende interesses individuais ou institucionais.
- (D) determina que o auditor deve evitar situações que possam comprometer sua imparcialidade, mantendo atitude mental independentemente, e abstendo-se de participar de atividades que gerem conflito de interesses.
- (E) determina que o auditor deve preservar, em sua conduta pessoal e profissional, a honra, a dignidade e a integridade da função pública, atuando em conformidade com os valores éticos do serviço público.

49. Durante a elaboração de um relatório de auditoria, um auditor registrou em um dos achados a seguinte afirmação:

Supõem-se que a deficiência identificada nos controles internos possa ter contribuído para a ocorrência das inconsistências verificadas.

Considerando os requisitos de qualidade aplicáveis aos relatórios de auditoria adotados pelo Tribunal de Contas da União, assinale a alternativa correta.

- (A) A redação é adequada, pois o relatório de auditoria pode apresentar hipótese quando ainda não houver certeza absoluta sobre os fatos observados.
- (B) A redação é inadequada, pois relatórios de auditoria devem apresentar conclusões baseadas em evidências suficientes e apropriadas, de modo a assegurar a convicção quanto aos achados apresentados.
- (C) A redação é adequada, pois o relatório deve registrar percepções preliminares do auditor antes da conclusão definitiva dos trabalhos.
- (D) A redação é inadequada apenas do ponto de vista gramatical, não havendo violação aos requisitos técnicos aplicáveis aos relatórios de auditoria.
- (E) A redação é adequada, pois o relatório pode utilizar linguagem hipotética quando tratar de possíveis causas as irregularidades identificadas.

50. De acordo com os princípios da auditoria de conformidade previstos na ISSAI 400, essa modalidade de auditoria envolve três partes: o auditor, os usuários previstos e a parte responsável.

Em relação à parte responsável, assinale a alternativa correta.

- (A) Corresponde exclusivamente ao Poder Executivo e à sua hierarquia administrativa, sendo o único responsável pela gestão de recursos públicos no âmbito da auditoria de conformidade.
- (B) Corresponde àquele que utiliza os resultados da auditoria para fins de controle e tomada de decisão no processo de fiscalização.
- (C) Corresponde ao indivíduo ou entidade que responde pelo objeto da auditoria e pelo cumprimento das normas, leis e regulamentos aplicáveis.
- (D) Corresponde ao órgão de controle responsável pela condução da auditoria e pela avaliação da conformidade do objeto auditado.
- (E) Corresponde ao indivíduo ou entidade responsável pela condução da auditoria e pela emissão do relatório de auditoria sobre a conformidade do objeto auditado.

